

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2017-SR/PF/SP - UASG 200360**

Processo nº 08505.013032/2017-52. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 05/2016-SR/PF/SP. Contratante: UNIÃO por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO - CNPJ: 00.394.494/0040-42. Contratado: CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER IBIRAPUERA, CNPJ: 53.985.982/0001-84. Objeto: O contrato tem como objeto a cessão gratuita e com exclusividade, de espaço e infraestrutura no CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER IBIRAPUERA, para instalação e funcionamento do Posto de Emissão de Passaportes da Polícia Federal, ficando o presente contrato vinculado às especificações constantes no Projeto Básico, documentos técnicos anexos ao Instrumento Convocatório e Proposta Técnica. Fundamento Legal: Lei 8666/93 - Prorrogação contratual por 12 (doze) meses, de 09/03/2020 a 09/03/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses. Valor Total: Zero. Data de Assinatura: 20/01/2020.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2020 - UASG 200404**

Processo: 08297007930200883. Objeto: Fornecimento de energia elétrica para as unidades da Polícia Federal no Tocantins. Cadastro para fins de emissão de nota de empenho, tendo em vista a extinção da UG Primária Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Conforme Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Dispensa em 02/01/2020. RODRIGO SOUSA DE ALBUQUERQUE. Chefe do Selog/sr/pf/to. Ratificação em 02/01/2020. CECILIA SILVA FRANCO. Superintendente Regional da Sr/pf/to. Valor Global: R\$ 96.000,00. CNPJ CONTRATADA : 25.086.034/0001-71 ENERGISATOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A..

(SIDEAC - 10/02/2020) 200404-00001-2020NE002020

**POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A Polícia Rodoviária Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no(s) edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 03/2020, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO até a data indicada no mesmo edital, junto a qualquer unidade administrativa da Polícia Rodoviária Federal - PRF devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR: 1) Caso o proprietário do veículo não seja o infrator, nos termos do art. 257 do CTB, poderá identificá-lo à PRF, até a data limite prevista neste edital. Para tanto deverá preencher formulário próprio (disponível em [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br)) acompanhado dos seguintes documentos: CONDUCTOR INFRATOR: a) Cópia reprográfica legível do documento de habilitação quando habilitado e/ou documento de identificação oficial. b) Para condutor estrangeiro, além dos documentos previstos no item anterior, anexar comprovante da data de entrada no Brasil. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO: c) Cópia reprográfica legível do documento de identificação oficial com fotografia e assinatura; d) Cópia do CRLV; e) Se o proprietário ou o condutor infrator possuir um representante legal, este deverá juntar o documento que comprove a representação (contrato social, procuração etc) e documento oficial de identificação com assinatura e foto; f) Se o proprietário for pessoa jurídica e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário cópia de documento em que conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprovante da posse do veículo no momento do cometimento da infração; g) Se o proprietário é Órgão ou Entidade Pública, e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário o ofício do representante legal do órgão ou entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que comprove a condução do veículo no momento da infração. 2) Tratando-se de veículo de propriedade de pessoa jurídica ou leasing, será obrigatória a identificação do condutor infrator, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas consequências definidas nos §§ 7 e 8 do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro CTB. 3) A indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se: o formulário estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com as assinaturas originais do condutor e proprietário do veículo; não estiver faltando os documentos solicitados; o requerente tiver legitimidade; e não estiver fora do prazo. O requerente é responsável penal, cível e administrativamente pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados em qualquer unidade administrativa da PRF ou pelo sítio [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br) e poderão ser encaminhados, no prazo estabelecido, via remessa postal para o endereço da Polícia Rodoviária Federal da Unidade da Federação em que ocorreu a infração, ou entregues em qualquer de suas unidades administrativas existentes no território nacional (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br)).

INFRAÇÕES: A lista de autos de infração está disponível em [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br). O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio da PRF é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação (data limite).

JOÃO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA  
Diretor de Operações

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 200129**

Número do Contrato: 2/2016. Processo: 08670001229201656. PREGÃO SRP Nº 4/2016. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 03506307000157. Contratado : TICKET SOLUCOES HDFGT S/A -.Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato 02/2016. Fundamento Legal: Lei 8666/1993 e normas afins.Vigência: 07/03/2020 a 07/03/2021. Valor Total: R\$668.492,00. Fonte: 174020197 - 2020NE800040. Data de Assinatura: 10/02/2020.

(SICON - 10/02/2020) 200129-00001-2020NE800023

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 200233**

Número do Contrato: 6/2019. Processo: 08673000144201973. PREGÃO SRP Nº 10/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 06064175000149. Contratado : AIRES TURISMO LTDA -.Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 06/2019-SPRF/AP por mais 5 (cinco) meses, de 18/02/2020 a 17/07/2020. Fundamento Legal: Lei 8666/93, art57 II . Vigência: 18/02/2020 a 17/07/2020. Valor Total: R\$110.867,93. Fonte: 150020197 - 2020NE800001. Data de Assinatura: 10/02/2020.

(SICON - 10/02/2020) 200233-00001-2019NE800038

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020 - UASG 200233**

Número do Contrato: 6/2018. Processo: 08673000186201823. PREGÃO SRP Nº 6/2017. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 03935660000152. Contratado : CIDE- CAPACITACAO, INSERCAO E -DESENVOLVIMENTO. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 06/2018-SPRF/AP e reajustar o seu valor. Fundamento Legal: Lei8666/93 Art57II . Vigência: 22/02/2020 a 21/02/2021. Valor Total: R\$4.020,48. Fonte: 150020197 - 2020NE800007. Data de Assinatura: 10/02/2020.

(SICON - 10/02/2020) 200233-00001-2019NE800038

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO**

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 08667031266201991. , publicada no D.O.U de 13/01/2020 . Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de instalação, adaptação, substituição e manutenção de infraestrutura de rede lógica e de fibra ótica, com fornecimento de materiais e mão de obra, com a finalidade de adequação no prédio da Nova Sede Administrativa de Policia Rodoviária Federal no Espírito Santo, situada na Rua Governador José Sette, 176 - Centro, Vitória - ES, CEP 29010-480, observadas as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência. Novo Edital: 11/02/2020 das 08h00 às 12h00 e de12h01 às 17h59. Endereço: Av. Mal. Mascarenha de Moraes, 2.214 Bento Ferreira - VITORIA - ESEntrega das Propostas: a partir de 11/02/2020 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 02/03/2020, às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

MARCIO RIOS BEZERRA  
Pregoeiro

(SIDEAC - 10/02/2020) 200126-00001-2020NE000001

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 200122**

Número do Contrato: 1/2015. Processo: 08663000182201511. PREGÃO SRP Nº 33/2013. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 12640188000111. Contratado : BR27 SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA.-.Objeto: Prorrogação da vigência do contrato 01/2015 para prestação de serviços de telecomunicações por meio de circuitos de acesso IP dedicados com conexão a internet, com gerenciamento pró ativo. Fundamento Legal: Lei 8666 art 57 parag. 4 . Vigência: 08/02/2020 a 08/08/2020. Valor Total: R\$134.799,00. Fonte: 174020197 - 2019NE800020. Data de Assinatura: 07/02/2020.

(SICON - 10/02/2020) 200122-00001-2019NE000027

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 200122**

Número do Contrato: 7/2014. Processo: 08663002505201340. PREGÃO SISPP Nº 4/2014. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 10339944000141. Contratado : ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI.Objeto: Prorrogação da vigência do contrato 07/2014 de serviços de limpeza e conservação predial da SPRF-PB, suas delegacias e postos, com fornecimento de material de consumo necessário.Fundamento Legal: Lei 8666 Art 57 parag. 4 . Vigência: 01/02/2020 a 01/05/2020. Valor Total: R\$161.092,17. Fonte: 150020197 - 2020NE800019. Data de Assinatura: 31/01/2020.

(SICON - 10/02/2020) 200122-00001-2019NE000027

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 200122**

Número do Contrato: 18/2015. Processo: 08663003717201425. PREGÃO SISPP Nº 12/2014. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 10339944000141. Contratado : ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI.Objeto: Prorrogação do contrato de apoio administrativo de prestação de serviços de recepçãosecretariado, copeiragem, manutenção de edificações e almoxarifado da SEDE da SPRF-PB e suas Delegacias. Fundamento Legal: Lei 8666 Art 57 parag. 4 . Vigência: 01/02/2020 a 01/06/2020. Valor Total: R\$141.447,16. Fonte: 150020197 - 2020NE800022. Data de Assinatura: 31/01/2020.

(SICON - 10/02/2020) 200122-00001-2019NE000027

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

**RESULTADO DE HABILITAÇÃO  
CHAMAMENTO PÚBLICO**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM PERNAMBUCO, DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL / MJ, designado através da Portaria MSP n.º 384, de 11 de julho 2018, publicada no D.O.U. n.º 134 em 13 de julho de 2018, resolve: Art. 1º Tornar público o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 09, de 27 de dezembro de 2019, para habilitação de associação e/ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis para fins de coleta dos resíduos recicláveis descartados na Sede da PRF no Estado de Pernambuco; NOME DA ENTIDADE/SITUAÇÃO DA HABILITAÇÃO: COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ABREU E LIMA - COOREPLAST (HABILITADA); COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL ERICK SOARES - COOCARES (HABILITADA). Art. 2º Selecionar a entidade COOREPLAST, inscrita no CNPJ nº 07.110.500/0001-25, para realizar a coleta do material reciclável descartado na Sede da PRF, com frequência demandada pelo órgão, pelo prazo de 1 ano a contar da assinatura do termo de compromisso. Art. 3º Selecionar a entidade COOCARES, inscrita no CNPJ nº 10.684.579/001-03, para realizar a coleta do material reciclável descartado na Sede da PRF, com frequência demandada pelo órgão, pelo prazo de 1ano a contar do término da vigência do termo assinado com a cooperativa do parágrafo anterior.

ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA

